

PROMOÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA EXPERIÊNCIA NA APAE DO EXTREMO OESTE CATARINENSE

Resumo: O presente estudo tem como objetivo relatar práticas desenvolvidas no Serviço de Convivência da APAE de Maravilha/SC, voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida da pessoa com deficiência em processo de envelhecimento. O trabalho foi desenvolvido a partir de encontros semanais com a turma do Serviço de Convivência, com a participação de vinte e dois educandos. As ações foram planejadas pela equipe multiprofissional do Centro de Atendimento Especializado (CAESP) de Maravilha e contemplaram atividades educativas e de cuidados com a saúde, adaptadas às necessidades dos participantes. A coleta de informações ocorreu por meio de observações sistemáticas e de atividades qualitativas, permitindo identificar a aceitação e o envolvimento dos educandos nas propostas realizadas. Os resultados evidenciaram avanços significativos em relação à qualidade de vida dos educandos, especialmente no que se refere às práticas de cuidados básicos com a saúde. Constatou-se que os participantes demonstraram boa aceitação das propostas desenvolvidas, engajando-se nas atividades e demonstrando interesse em aprender e adotar novos hábitos de autocuidado no cotidiano. O estudo revelou que a promoção de cuidados com a saúde no processo de envelhecimento da pessoa com deficiência contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida. As práticas realizadas pelo CAESP de Maravilha demonstram que ações educativas, planejadas de forma multiprofissional e inclusiva, favorecem não apenas a saúde física, mas também a autonomia, a autoestima e a participação social dos educandos.

Palavras-chave: APAE Maravilha; Pessoa com deficiência; Processo de envelhecimento; Saúde.

1 Introdução

O envelhecimento é um processo natural e inevitável, sendo necessário pensar em ações que proporcionem melhor qualidade de vida para a pessoa idosa, sobretudo quando este processo está associado à deficiência. Segundo a Organização Mundial da Saúde, envelhecer com saúde envolve a manutenção da autonomia, da participação social e da independência funcional.

Nesse sentido, a saúde e a educação assumem papel central para o desenvolvimento integral e para a garantia dos direitos fundamentais. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) assegura a esse público o acesso à dignidade, ao respeito e a políticas públicas voltadas à sua inclusão.

Refletir sobre o envelhecimento nos leva a questionar: como será esse processo? Como nossos educandos que se encontram em processo de envelhecimento estão cuidando de sua saúde? Houve uma preocupação anterior a este processo? Muitos deles são dependentes de seus familiares ou cuidadores, embora possuam potencial para realizar algumas destas atividades de forma autônoma. O envelhecimento saudável não é resultado apenas da ausência de doença, mas também da manutenção das condições de autonomia e funcionalidade.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1991) destaca que o desenvolvimento humano acontece mediado pelas interações sociais e pelo contexto cultural. Assim, mesmo diante de limitações cognitivas ou físicas, as experiências sociais e educativas podem potencializar aprendizagens, favorecer a autonomia e ampliar a qualidade de vida. De acordo com Mantoan (2006), a inclusão não se restringe à inserção em espaços sociais, mas exige o reconhecimento das diferenças como constitutivas do processo de aprendizagem. Tal compreensão é essencial ao se pensar o envelhecimento da pessoa com deficiência, garantindo não apenas cuidados básicos, mas também oportunidades de participação ativa em práticas sociais e educativas. Na mesma linha, Carvalho (2012) afirma que práticas pedagógicas inclusivas devem respeitar as necessidades e possibilidades de cada sujeito, assegurando acesso ao conhecimento e exercício pleno da cidadania.

Diante disso, surgiu a necessidade de realizar um trabalho que oferecesse a esses educandos a apropriação do conhecimento, promovendo autonomia e independência nos cuidados com a saúde, por meio de atividades funcionais e ocupacionais, garantindo assim o direito à saúde e à educação. Foram desenvolvidas atividades alinhadas às diretrizes do CAESP e ao Currículo Funcional Natural, ou seja, atividades funcionais para o cotidiano e lazer. Pensando nessas ações, proporcionamos momentos de interação entre o grupo, diálogos, resgate de memórias e construção de narrativas, muitas vezes com apoio de recursos visuais, facilitando a compreensão daqueles que apresentam dificuldades na oralidade.

Os educandos participam ativamente de momentos de integração e socialização com a comunidade, fora do espaço institucional: encontros com outros grupos do Serviço de Convivência, gincanas, festas comunitárias, eventos municipais e atividades promovidas pela APAE. Além disso, recebem atendimentos da equipe multiprofissional,

composta por pedagogia, psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, cinoterapia (terapia assistida por cães), professor de artes, educação física e musicoterapia.

É de grande relevância que essas ações sejam contínuas, considerando que os educandos se encontram em processo de envelhecimento e/ou já são idosos, necessitando estar ativamente inseridos em atividades que lhes proporcionem melhor qualidade de vida, bem-estar social e fortalecimento de sua autonomia. Considerando esse cenário, este artigo apresenta a experiência desenvolvida no Serviço de Convivência da APAE de Maravilha/SC, com o objetivo de relatar práticas voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida da pessoa com deficiência em processo de envelhecimento, destacando a importância da inclusão e do respeito à singularidade de cada indivíduo.

2 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, tendo como objetivo relatar práticas voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida de pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento, atendidas no Serviço de Convivência da APAE de Maravilha/SC.

A turma do Serviço de Convivência é composta por 22 educandos, todos idosos ou em processo de envelhecimento, com deficiência intelectual associada a outras deficiências. A participação ocorreu de forma voluntária, dentro da rotina institucional.

As atividades foram desenvolvidas no Centro de Atendimento Especializado (CAESP) da APAE de Maravilha, espaço que conta com uma equipe multiprofissional composta por pedagogos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeuta ocupacional, professores de artes, educação física e música, musicoterapeuta e assistente social.

As intervenções foram planejadas de forma interdisciplinar, tendo como referência o Currículo Funcional Natural (CFN) e o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de cada educando. As atividades buscaram:

- Estimulação cognitiva: jogos pedagógicos, memória, bingo, quebra-cabeças e atividades lúdicas;
- Promoção da alimentação saudável: construção da pirâmide alimentar, elaboração de receitas e oficinas na cozinha educativa;

- Atividades físicas: aulas de educação física, práticas de pilates e circuitos psicomotores;
- Convívio social e comunicação: encontros com outros grupos, gincanas, trocas de cartas e integração com outras APAEs;
- Atividades domésticas e manutenção do jardim sensorial: cultivo de hortaliças, ervas e plantas ornamentais, limpeza e organização do espaço.

O acompanhamento foi realizado por meio de observação participante e registros sistemáticos das atividades, possibilitando identificar avanços no desenvolvimento da autonomia, no engajamento social e na conscientização sobre os cuidados com a saúde. As análises tiveram caráter qualitativo, considerando a singularidade de cada educando e a contribuição coletiva das práticas.

Todas as imagens de usuários neste artigo foram utilizadas mediante a aquisição dos direitos de uso para fins de publicação e divulgação, conforme acordado com os respectivos responsáveis e/ou tutores legais, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.853, de 2019).

3 Desenvolvimento

Sabe-se que o envelhecimento das pessoas com deficiência é um dos grandes desafios enfrentados por educadores e familiares. Ao decidir desenvolver atividades para melhorar a qualidade de vida dos educandos nas turmas de convivência do CAESP/APAE de Maravilha, a primeira ação foi investigar como estão os cuidados com a saúde deles. Ao pensarmos em contribuir para a promoção à saúde no processo de envelhecimento, buscamos atividades que contribuam com a estimulação cognitiva, física e de lazer, por meio de ações ocupacionais que promovam maior autonomia, com o intuito de minimizar o declínio funcional e cognitivo para melhorar a qualidade de vida.

O trabalho realizado por meio do Currículo Funcional Natural (CFN), possibilita o conhecimento das características pessoais e da vida cotidiana nas pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento, evidenciando seus interesses, necessidades, assim como suas limitações e possibilidades (Nogueira et al., 2015). No que diz respeito às intervenções, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 12.796, de 2013, no Art. 59, para atender as necessidades dos educandos, os sistemas devem assegurar currículo, métodos, recursos e organização específicos. Dessa forma, temos como contrapartida o Plano de

Desenvolvimento Individual (PDI), para planejar as propostas pedagógicas, pensando diretamente nas potencialidades, individualidades e necessidade de cada educando. A partir desse plano, a equipe multiprofissional, pode ter acesso e identificar o que cada um deles necessita dentro de suas limitações.

Pensando sempre no Currículo Funcional Natural, as intervenções vêm para contribuir no processo de desenvolvimento dos educandos, tendo como principal objetivo, sua autonomia e independência. Essas práticas encontram respaldo não apenas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 12.796/2013), mas também nas orientações estaduais. As Diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial, elaboradas pela Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE (2020), reforçam a importância de propostas pedagógicas que considerem a singularidade de cada educando, priorizando ações funcionais, inclusivas e que promovam autonomia.

Ao refletirmos sobre essas práticas, é relevante considerar a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991), para quem o desenvolvimento humano acontece mediado pela interação social e pelo contexto cultural. Nesse sentido, as atividades propostas no CAESP favoreceram não apenas a estimulação cognitiva, mas também a construção de sentidos e significados que potencializaram a autonomia e a participação social dos educandos em processo de envelhecimento. Em consonância, Mantoan (2006) destaca que a inclusão não se limita à inserção em espaços sociais, mas envolve o reconhecimento das diferenças como constitutivas da aprendizagem. Assim, ao oportunizar atividades funcionais, de convívio social e de autocuidado, reafirma-se a ideia de que todos podem aprender e se desenvolver, ainda que em ritmos e modos diferentes.

Já Carvalho (2012) reforça que o processo de inclusão deve estar pautado em práticas pedagógicas que considerem as necessidades e possibilidades de cada sujeito, garantindo o acesso ao conhecimento e promovendo a cidadania. Dessa forma, ao se trabalhar com o Currículo Funcional Natural e com atividades que fortalecem a independência, evidenciou-se a importância de uma ação educativa intencional e humanizadora, que contribuiu para o envelhecimento com dignidade e qualidade de vida.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022), “Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à saúde, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”. Considerando que muitos educandos com deficiência intelectual e em processo de

envelhecimento, em virtude de seu contexto familiar, com suas histórias e vulnerabilidades, passam a maior parte do seu tempo ociosos em casa, por uma questão de estigma criado pela família como “pessoa incapaz”. Nesse sentido fez-se necessário conscientizar as famílias e sociedade em geral sobre os direitos da pessoa com deficiência idosa ou em processo de envelhecimento, levando em consideração o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que diz:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Neste contexto o CAESP/APAE ainda se torna o principal espaço de interação e socialização, onde participam de atividades físicas, de lazer, de educação e aprendem sobre cuidados com a saúde e alimentação. Sendo também um espaço onde são vistos na sua totalidade, com olhares focados na sua qualidade de vida e na observação constante de possíveis alterações ou declínios de suas capacidades funcionais (cognitivas, motoras, sensoriais e emocionais). O envelhecimento é considerado um processo natural e tem como consequências, mudanças físicas relacionadas à idade. Desta forma, se faz notório que tais mudanças envolvem também aspectos culturais, emocionais e sociais (Brasil, 2006).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), define o processo de envelhecimento como um processo sequencial, individual, cumulativo, irreversível, universal, não patológico de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio ambiente, aumentando a sua possibilidade de morte (Jacinto & Citero, 2013). No Brasil, de acordo com o Estatuto do Idoso, as pessoas são consideradas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Tratando de pessoas com deficiência intelectual, a partir das nossas turmas do serviço de convivência, é notável que o envelhecimento vem acontecendo precocemente e de maneira mais acelerada. Diante

deste cenário, estamos sempre incentivando a prática de atividade física e sua importância para sua saúde e bem-estar, pensando não apenas na prevenção de doenças, mas também na reabilitação de habilidade motoras, promovendo um estilo de vida saudável e um envelhecer com qualidade (Oliveira, 2013).

A partir da nossa formação, iniciamos um processo de desenvolvimento e que é individual, ou seja, cada um com suas especificidades se desenvolve e envelhece gradativamente. A forma de conduzir ou cuidar de cada fase da vida reflete no envelhecer, por isso da necessidade de conscientizar sobre os cuidados com a nossa saúde e um envelhecer saudável.

3.1 Estimulação Cognitiva

Durante todas as atividades realizadas com os educandos, buscamos sempre realizar a estimulação cognitiva, para minimizar e prevenir o declínio cognitivo e identificar alterações que possam surgir associadas a deficiência intelectual. Nesse sentido, os educandos participaram de momentos com jogos pedagógicos (individuais e em grupo), onde foram estimuladas habilidades cognitivas de acordo com a necessidade individual de cada educando.

As habilidades cognitivas vêm com o objetivo de estimular a cognição, trabalhando habilidades de sentir, pensar, perceber, lembrar, raciocinar, formar estruturas complexas de pensamento e capacidade de produzir respostas as solicitações realizadas e estímulos recebidos (Figura 1). A nossa cognição não é estática, ela pode sofrer alterações no decorrer de nossa vida e por isso a importância de receber estímulos cognitivos ao longo da vida.

Durante nosso envelhecimento, algumas capacidades cognitivas acabam por diminuir ou até se perder naturalmente. Por isso da importância de oferecer atividades que buscam estimular as funções cognitivas como memória, atenção e as funções executivas. Para estes estímulos foram oferecidos diversos jogos, como: jogos de tabuleiro como damas, dominó e jogo de cartas, que promovem o raciocínio lógico e a interação social. Atividades lúdicas como bingo (Figura 1.A), circuitos psicomotores e jogos de adivinhação que trazem muita animação e diversão. Quebra-cabeças (Figuras 1.B e C), jogos da memória, para manter a mente ativa e prevenir o declínio cognitivo.

Figura 1



Figura 1: Atividades de estimulação das funções cognitivas. **A.** Bingo dos alimentos. **B.** Resgate de memórias das atividades realizadas no decorrer do ano. **C.** Jogo da memória das letras do alfabeto. Fonte: Arquivo pessoal (2024).

3.2 Alimentação Saudável

Os educandos da APAE de Maravilha participaram de atividades que promoveram a conscientização sobre a importância da alimentação saudável (Figura 2). Utilizando a pirâmide alimentar como recurso pedagógico (Figura 2.A), o principal objetivo foi proporcionar o reconhecimento dos alimentos saudáveis e os prejudiciais à saúde. A partir deste trabalho, participaram da elaboração de receitas (Figura 2.B e 2.C), que foram executadas na cozinha educativa da instituição.

Figura 2



Figura 2: Atividades de conscientização sobre alimentação saudável. **A.** Confeccção da Pirâmide alimentar. **B.** Receita com o uso de imagens e escritas. **C.** Execução de receita. **Fonte:** Arquivo pessoal (2024);

Através da visualização da pirâmide alimentar, os educandos tiveram o conhecimento de quais alimentos são ou não saudáveis. Desta forma, eles puderam ampliar seus conhecimentos dos cuidados que precisam ter com a saúde, quais alimentos devem ser consumidos diariamente e que trazem benefícios nutricionais à saúde e bem-estar, como por exemplo, os educandos diabéticos, foram conscientizados sobre quais alimentos eram adequados para a sua alimentação. Percebeu-se que os educandos demonstraram um maior interesse em relação à sua alimentação. “Um dos primeiros cuidados com a nossa saúde deve ser alimentação, independente de qual seja nossa idade. Entretanto conforme vamos envelhecendo, o

funcionamento do nosso organismo se altera e as necessidades do nosso corpo mudam” (Cartilha de Saúde do Idoso. Secretaria de Estado da Saúde – SC, s/d)

3.3 Atividade Físicas

A prática de atividades físicas (Figura 3) foram indispensáveis para a conservação das habilidades adquiridas, evitando um declínio funcional e cognitivo das pessoas idosas ou em processo de envelhecimento. “[...] Uma rotina de atividades físicas prepara os sujeitos para realizar suas tarefas diárias e desenvolver um estilo de vida mais saudável” (Diretrizes do Centro Educacional Especializados em Educação Especial CAESP, p. 103). Os educandos do Serviço de Convivência, participaram do Pilates com acompanhamento de profissionais na área de Fisioterapia (Figura 3.A), uma vez na semana com o intuito de promover uma melhor qualidade de vida. Pois a prática de Pilates traz benefícios para a saúde física e mental, incluindo o aumento da força muscular, melhora da flexibilidade, equilíbrio e coordenação, além de ser um momento de lazer e descontração. Tendo em conta que o envelhecimento das pessoas com deficiência ocorre precocemente, é de suma importância tomar como ação preventiva a manutenção da funcionalidade ativa dos nossos educandos. Para Guilhoto (2013):

Na população com DI, as modificações estruturais e corporais são evidentes muito cedo, já que muitos desses indivíduos têm comprometimentos físicos desde o nascimento. Contribui também para o risco de quedas o uso de medicamentos durante toda a vida, seja por controle de crises epiléticas ou doenças que surjam no decorrer do amadurecimento. É, portanto, um grande desafio evitar que essa população não fique exposta a riscos de quedas, necessitando, assim, de um olhar mais abrangente e direto dos familiares, cuidadores ou responsáveis.

As aulas de Educação Física (Figura 3.B) que vieram a contribuir para o desenvolvimento físico, motor e cognitivo, foram realizadas com acompanhamento de profissionais da área, juntamente com os professores de turma, no espaço esportivo do município de Maravilha. Os educandos já perceberam e nos relataram a importância dos benefícios a partir dessas atividades que realizam nesses dois espaços. Essas práticas contribuem para a conservação das habilidades adquiridas, evitando o declínio funcional e cognitivo.

Figura 3



Figura 3. Prática de atividades físicas. **A.** Pilates. **B.** Aula de Educação Física. **Fonte:** Arquivo pessoal (2024).

3.4 Convívio Social e Comunicação

O convívio social é essencial para a saúde emocional e qualidade de vida, sendo fundamental promover encontros que favoreçam momentos de lazer e socialização entre os educandos (Figura 4). O primeiro encontro das turmas do Serviço de Convivência da pessoa idosa ou em processo de envelhecimento das APAEs do Extremo Oeste (Figura 4.A) reforçou a importância do convívio social para o bem-estar. Esses momentos de integração, se tornaram importantes, sendo a oportunidade de conhecer lugares e fazer novas amizades.

Pensando na importância da integração da pessoa idosa ou em processo de envelhecimento, no ano de dois mil e vinte e quatro (2024) aceitamos o convite da APAE de Feliz – RS, no qual entrou em contato com o CAESP APAE Maravilha, despertando a curiosidade em conhecer outras turmas que fazem parte da turma do envelhecimento e foi através de cartas enviadas via correio e de vídeos gravados pelos educandos que acontecia a comunicação entre as turmas. Os educandos participaram ativamente da confecção de cartas (Figura 4.B), que se deu devido a troca de comunicação e integração com a outra APAE, de outro Estado. Para Amaral (2007):

Comunicação é o ato de se emitir ideias através de métodos convencionados. Ela pode ser verbal e não verbal. Signos e símbolos são emitidos através de palavras (escritas ou faladas), através de objetos, imagens ou aparelhagens técnicas. [...] Em nossos dias, é impossível dissociar comunicação e tecnologia, pois, atualmente, a comunicação é o resultado de um processo altamente técnico.

Dessa forma, nossos educandos se comunicaram com uma turma do Serviço de Convivência no processo de envelhecimento do Rio Grande do Sul. Através dessa troca de cartas, que teve início em 2024 e seguirá ainda em 2025 com uma viagem para integrar as turmas em Feliz-RS. As cartas foram escritas por alguns educandos (que se apropriaram da escrita) e/ou em forma de desenhos por outros. Sendo algumas cartas também foram transcritas pela professora, daqueles educandos que não são alfabetizados. Eles estão bastante motivados em estar vivenciando uma experiência diferente, até porque nunca haviam enviado uma carta nos correios (Figura 4.C). Essa experiência foi uma grande descoberta para os educandos, que nunca haviam tido a oportunidade de ir ao correio e realizar o envio de cartas, algo que consideraram uma vivência nova e enriquecedora.

Figura 4



Figura 4. Estímulo ao convívio social e comunicação **A.** Encontro das turmas do Serviço de Convivência da pessoa idosa ou em processo de envelhecimento das APAEs do Extremo oeste. **B.** Integração com outra APAE a partir de cartas. **C.** Cartas sendo enviadas via correio para a APAE de Feliz – RS. **Fonte:** Arquivo pessoal (2024).

3.5 Atividades Domésticas e Jardim sensorial

A realização das atividades do cotidiano é de extrema importância para a pessoa no processo de envelhecimento, pois estes não podem deixar de executar funções da sua rotina diária, evitando o declínio funcional, emocional e cognitivo, mantendo acima de tudo uma boa qualidade de vida. Estudos indicam que “exercícios físicos são importantes, no entanto não são apenas exercícios físicos com atividades específicas que contribuem para a independência funcional, mas também as atividades domésticas, o que caracteriza o não sedentarismo” (Ferreira et al., 2012). É de responsabilidade das turmas do Serviço de Convivência os cuidados e manutenção do Jardim sensorial da instituição (Figura 5).

O Jardim sensorial é um espaço destinado para a realização de atividades por todos os atendidos da instituição por ser um local de vários estímulos sensoriais, bem como um espaço de lazer. O Jardim contém na sua organização estrutural canteiros para chás, temperos e hortaliças, canteiros com plantas ornamentais (folhagens e flores), espaço com aquário e fonte de água onde tem peixes coloridos para ser alimentados, um viveiro com pássaros que também necessitam de cuidados diários, como limpeza do espaço e alimentação. Além de um espaço com diferentes texturas que necessita de manutenção.

Os educandos tem como rotina diária a rega (Figura 5.A), quando necessário a troca da terra, adubagem e reposição das plantas, bem como a limpeza e organização do ambiente (Figura 5.B e C), sempre com supervisão das professoras. Salientamos que no início do processo, era necessário acompanhar de perto e orientar sobre o que cada um deveria fazer. Hoje, com a atividade já incorporada à rotina, todos compreendem suas responsabilidades e os materiais que devem ser utilizados para a execução das tarefas.

A partir de uma simples roda de conversa na sala sobre a importância dos cuidados com a saúde, os educandos demonstraram curiosidade em conhecer para que serviam os chás presentes em nosso Jardim sensorial. Com isso, passamos a apresentar a importância e a utilidade de cada chá, despertando o interesse em conhecer novos chás e resgatar ervas que já existiam em suas casas. Foi um trabalho no qual os educandos adquiriram um conhecimento mais aprofundado sobre cada tipo de chá, possibilitando o resgate de memórias afetivas relacionadas aos chás utilizados em casa com suas famílias. Além disso, a atividade proporcionou a oportunidade de realizarem a compra de diferentes tipos de ervas em um viveiro (Figura 5.D), contribuindo ativamente para o projeto e enriquecendo ainda mais nosso Jardim sensorial com nossos plantios feitos por eles mesmos.

Após esse trabalho de exploração e aprendizado, foi realizada uma demonstração de como os chás poderiam ser utilizados, com base nas pesquisas feitas e na confecção do “Livro dos Chás”. Esse momento incluiu uma degustação de chás gelados e quentes, oferecidos a todos os profissionais e educandos do CAESP (Figura 5.E) Cada educando pôde levar seu exemplar do livro para casa, possibilitando o uso e o comprometimento das informações com seus familiares.

Figura 5



Figura 5. Atividades para independência funcional. **A.** Educandos fazendo a manutenção do Jardim sensorial. **B.** Adubagem e reposição das plantas. **C.** Limpeza e organização do ambiente. **D.** Compras de ervas no viveiro. **E.** Demonstração e degustação dos chás. **Fonte:** Arquivo pessoal (2024).

4 Considerações finais

As experiências vividas pelos educandos do Serviço de Convivência da APAE de Maravilha nos mostram que o envelhecimento das pessoas com deficiência, quando acompanhados de uma equipe multiprofissional, cuidados adequados às suas necessidades e atividades que favorecem a autonomia e independência, pode ser um processo enriquecedor e transformador. A realização de atividades funcionais demonstrou que, quando devidamente planejadas, essas ações podem melhorar significativamente a autonomia, autoestima e qualidade de vida dos educandos. O processo de envelhecimento das pessoas com deficiência é, sem dúvida, um grande desafio para a sociedade.

Toda essa experiência, nos mostrou que é possível envelhecer de forma saudável e digna, mesmo diante das limitações impostas pela deficiência, cumprindo com os princípios fundamentais dos direitos da pessoa com deficiência, bem como da pessoa idosa ou em processo de envelhecimento. Ressalta-se ainda que o trabalho desenvolvido no CAESP/APAE de Maravilha está em consonância com as Diretrizes da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE (2020), que orientam os centros de atendimento educacional especializado no estado de Santa Catarina. Isso demonstra

a preocupação da instituição em alinhar suas práticas pedagógicas e de cuidado às políticas públicas e diretrizes educacionais, garantindo qualidade no atendimento à pessoa com deficiência em processo de envelhecimento.

Referências

Amaral, A. Maria. **Teatro de animação: da Teoria à prática**, 3ª edição – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

Brasil. Lei nº 12.796, de 2013. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1 Acesso em 24 de agosto 2025.

Brasil. Lei nº 13.146, de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 de agosto 2025.

Brasil. Lei nº 13.853, de 2019. **Lei Geral de Proteção de Dados**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art1. Acesso em 24 de agosto de 2025.

Brasil. Lei nº 14.423, de 2022. **Lei do Estatuto da Pessoa Idosa**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#art2. Acesso em 24 de agosto de 2025.

Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Cadernos de Atenção Básica, n. 19, 2006.

Carvalho, R. E. **Inclusão: o paradigma da diversidade**. Porto Alegre: Mediação. 2012

Ferreira, O. G. L.; Maciel, S. C.; Costa, S. M. G.; Silva, A. O.; Moreira, M. A. S. P. **Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional**. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v.21, n.3, p. 513-518, 2012.

Guilhoto, Laura Maria de Figueiredo. **Envelhecimento e deficiência intelectual: uma emergência silenciosa**. São Paulo: Instituto APAE de São Paulo, 2013.

Jacinto, Alessandro Ferrari; Citero, Vanessa de Albuquerque. **Envelhecimento humano - Envelhecimento populacional: aspectos demográficos e clínicos**. In: Envelhecimento e deficiência intelectual: uma emergência silenciosa, 2. ed. Ver. E ampl. - São Paulo: Instituto APAE de São Paulo, 2013.

Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

Nogueira, E. F. T.; Binoto, A. P. D.; Suplino, M. **Envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual na perspectiva do currículo funcional natural**. In: Diretrizes do Centro Educacional Especializados em Educação Especial CAESP, p.94

Oliveira, A. D. **O envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual (DI) e a reabilitação neuropsicológica**. In: Diretrizes do Centro Educacional Especializados em Educação Especial CAESP, p.92

Santa Catarina. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). **Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializado em educação especial** – São José/ SC: FCEE 2020.

Santa Catarina. Secretaria de Estado da Saúde. **Cartilha de Saúde do Idoso**. s/d.

Vygotsky, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.